

A CONSTRUÇÃO CIVIL E AS PRÁTICAS ESG: UM ESTUDO EM EMPRESAS DE CAMPINA GRANDE – PB

1. INTRODUÇÃO

A construção civil ocupa posição central no desenvolvimento socioeconômico, sendo responsável por transformar cidades, gerar empregos e movimentar a economia. Entretanto, esse protagonismo vem acompanhado de desafios socioambientais relevantes, tais como elevado consumo de recursos naturais, expressiva geração de resíduos e impactos significativos nas emissões de CO₂. Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC (2022), o setor representa aproximadamente 6% do PIB nacional, empregando mais de 2,5 milhões de trabalhadores formais. Esse duplo papel – motor econômico e fonte de pressões ambientais – coloca a construção civil no centro dos debates sobre práticas de sustentabilidade e ESG (*Environmental, Social and Governance*).

Nos últimos anos, o debate em torno de práticas ESG intensificou-se no Brasil e no mundo, com consumidores, investidores e sociedade civil exigindo maior responsabilidade corporativa. Estudos como os de Gil (2021) e Cruz (2022) evidenciam que, apesar de avanços, o setor da construção civil encontra-se em estágio inicial de adoção dessas práticas, com desempenho regular e concentração em indicadores sociais, enquanto governança climática e ambiental permanecem fragilizadas. Nesse cenário, analisar o estágio das práticas ESG em empresas de construção civil no interior do Nordeste brasileiro representa contribuição relevante tanto para o campo acadêmico quanto para a prática organizacional.

O objetivo deste estudo é analisar o estágio das práticas ESG em empresas de construção civil do município de Campina Grande – PB, a partir dos Indicadores Ethos ASG (2022). O trabalho busca responder: em que medida as empresas locais incorporam aspectos de sustentabilidade socioambiental e de governança em suas estratégias e operações? Ao investigar o contexto local, busca-se não apenas mapear o nível de maturidade das empresas, mas também contribuir para o avanço do debate acadêmico e prático sobre sustentabilidade no setor. A relevância da pesquisa também se dá em razão do crescente interesse na literatura pelo tema ESG, e pelo fato de que, apesar desse interesse, não foram encontrados estudos relacionados a identificar o estágio de maturidade em relação às práticas ESG na construção civil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ESG E A CONSTRUÇÃO CIVIL

O conceito de sustentabilidade consolidou-se a partir das décadas de 1960 e 1970, impulsionado por acidentes ambientais de grande escala e pela necessidade de regulamentações mais rigorosas. Conferências como Estocolmo (1972), Rio-92 e Rio+20 foram marcos fundamentais, culminando na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Embora amplamente difundido, o termo ainda enfrenta críticas por seu uso mais retórico que prático. Eventos como o desastre de Seveso (1976) e o derramamento de óleo na Baía de Guanabara (2000) reforçaram a urgência de políticas ambientais efetivas e eficazes (Campos, Melo e Meurer, 2007; Valle, 1995).

A partir da Agenda 21, surge a necessidade de indicadores de sustentabilidade para mensurar dimensões ambientais, sociais, econômicas e institucionais, apoiando a tomada de decisão. Diversos modelos foram propostos, como o Barômetro da Sustentabilidade, a Global Reporting Initiative e o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3. Em 2004, o termo ESG

(*Environmental, Social and Governance*) foi formalizado pelo relatório *Who Cares Wins*, da ONU e do Banco Mundial, reforçando a incorporação desses critérios no mercado financeiro.

O ESG abrange três dimensões: ambiental (uso eficiente de recursos, gestão de resíduos, logística reversa), social (relações com empregados, clientes e comunidade) e governança (ética, transparência e compliance). Estudos empíricos mostram correlação positiva entre práticas ESG e desempenho financeiro, evidenciando que responsabilidade socioambiental é também fator competitivo.

No setor da construção civil, altamente relevante para a economia brasileira (6% do PIB e milhões de empregos formais), os impactos ambientais e sociais são expressivos: 50% do consumo de recursos naturais, 36% do consumo de energia e 37% das emissões globais de CO₂. Além disso, o setor enfrenta riscos de acidentes e problemas de transparência. Historicamente conservador, o segmento apresenta resistência a mudanças, mas pressões da sociedade e dos consumidores têm acelerado a adoção de práticas ESG.

Iniciativas como a cartilha “ESG no Segmento de Obras Industriais e Corporativas” (CBIC, 2022) e o destaque do Brasil no *ranking do US Green Building Council (2024)*, em quinto lugar mundial em construções sustentáveis, demonstram avanços. Contudo, ainda há desafios de maior difusão e consolidação. A integração do ESG à construção civil representa não apenas uma exigência regulatória e de mercado, mas um caminho essencial para o desenvolvimento sustentável e a competitividade do setor.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como exploratória-descritiva, de abordagem quali-quantitativa. O universo foi composto por 40 empresas de construção civil atuantes em Campina Grande – PB, das quais 16 receberam questionários presenciais, resultando em 14 respostas válidas. A amostra foi não probabilística por acessibilidade, o que limita a possibilidade de generalizações estatísticas. Ainda assim, o número representa uma parcela significativa das empresas formais do setor no município.

As variáveis analisadas na pesquisa são baseadas nos Indicadores Ethos ASG Ambiental, Social e Governança,(2022). A versão compacta do questionário foi escolhida por sua objetividade, abrangendo quatro dimensões: Visão e Estratégia, Governança e Gestão, Social e Ambiental. Cada dimensão contempla indicadores com estágios de maturidade de 1 a 5.

Cada dimensão contempla temas: “Governança Organizacional”, “Práticas De Operação E Gestão”, “Direitos Humanos”, “Práticas De Trabalho”, “Questões Relativas Ao Consumidor”, “Envolvimento Com A Comunidade E Seu Desenvolvimento”, “Meio Ambiente”.

Cada Tema possui um subtema: “Governança e Conduta”, “Práticas Anticorrupção”, “Sistema de Gestão”, “Situações de Risco para os Direitos Humanos”, “Relações de Trabalho”, “Respeito ao Direito do Consumidor”, “Gestão de Impactos na Comunidade e Desenvolvimento”, “Mudanças Climáticas” e “Gestão e Monitoramento dos Impactos sobre os Serviços Ecosistêmicos e a Biodiversidade”.

E, cada subtema apresenta indicadores: “Estratégias para a Sustentabilidade”, “Código de Conduta”, “Governança da Organização (empresas de capital fechado)”, “Práticas Anticorrupção”, “Sistema de Gestão de Fornecedores”, “Mapeamento dos Impactos da Operação e Gestão de Riscos”, “Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos”, “Relação com trabalhadores (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais)”, “Impacto decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços”, “Gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade”, “Governança das Ações Relacionadas às Mudanças Climáticas” e “Sistema de Gestão Ambiental”. Em cada indicador estão as Questões de profundidade, que classificam o Estágios das práticas de 1 a 5:

Quadro 01 – Estágios das práticas ESG

ESTÁGIO 1 Cumprimento E/Ou Tratativa Inicial	ESTÁGIO 2 Iniciativas E Práticas	ESTÁGIO 3 Políticas, Procedimentos E Sistemas De Gestão	ESTÁGIO 4 Eficiência	ESTÁGIO 5 Protagonismo
Em relação ao assunto, a empresa atende a legislação, quando pertinente, e/ou trata o tema de forma incipiente.	Em relação ao assunto, a empresa desenvolve iniciativas e implementa práticas correntes.	Em relação ao assunto, a empresa adota políticas formalizadas e implementa processos para promover valores.	Em relação ao assunto, a empresa mensura os benefícios de sua gestão e os considera nas tomadas de decisão e na gestão de riscos (incluindo a cadeia de valor).	Em relação ao assunto, a empresa passou por transformações e inovações para a geração de valores e atualização de suas práticas.

Fonte: Indicadores Ethos ASG (2022)

As respostas foram coletadas em escala binária (sim/não), posteriormente processadas no *Google Forms* e *Google Sheets*. A análise quantitativa foi realizada por estatística descritiva (percentuais e médias), enquanto a qualitativa foi conduzida pela interpretação crítica dos resultados, com base em estudos anteriores e no contexto regional.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados indicam que a maioria das empresas se encontra entre os Estágios 2 e 3 de maturidade ESG, com casos pontuais no Estágio 4 e ausência de práticas consolidadas no Estágio 5. Na dimensão Visão e Estratégia, 92,9% das empresas afirmaram considerar aspectos socioambientais em sua estratégia, mas apenas 60% os incorporam de forma consistente em projeções econômicas e investimentos de longo prazo.

Na dimensão Governança e Gestão, destacam-se avanços no Código de Conduta e Governança Organizacional, com cerca de 50% a 55% das empresas no Estágio 3, evidenciando formalização de práticas éticas. Entretanto, práticas anticorrupção e gestão de fornecedores ainda permanecem em estágios iniciais (2 e 1, respectivamente), o que revela fragilidade na cadeia de valor.

No aspecto Social, foram observados avanços significativos: 55,7% das empresas atingiram o Estágio 4 em relações de trabalho, indicando esforços de melhoria contínua, e 52,3% alcançaram o Estágio 4 na gestão de impactos dos produtos, por meio da substituição de materiais de maior impacto ambiental. Contudo, impactos comunitários ainda são tratados de forma superficial, com 53,6% no Estágio 2.

A dimensão Ambiental revelou-se a mais crítica. Cerca de 76% das empresas não adotam medidas relacionadas à governança climática, demonstrando ausência de estratégias estruturadas frente às mudanças climáticas. O Sistema de Gestão Ambiental apresenta resultados um pouco mais positivos, com 59,5% no Estágio 2, sinalizando adaptação a normas e regulamentações, mas ainda distante de práticas integradas e inovadoras.

Esses resultados dialogam com os achados de Cruz (2022), que apontou desempenho regular em nível nacional, e reforçam a análise de Gil (2021) sobre a resistência do setor a mudanças. A semelhança entre os estudos sugere que as dificuldades não são exclusivas de Campina Grande, mas refletem desafios estruturais da construção civil brasileira. No entanto, práticas positivas identificadas em relações de trabalho e ciclo de vida de produtos podem servir de referência para o setor regional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou que empresas da construção civil em Campina Grande – PB encontram-se em processo inicial de adoção das práticas ESG, situando-se majoritariamente entre os Estágios 2 e 3 de maturidade. Embora haja avanços em aspectos sociais, como relações trabalhistas e ciclo de vida de produtos, lacunas significativas persistem nas dimensões ambiental e de governança, especialmente no enfrentamento das mudanças climáticas.

A principal contribuição deste trabalho está em oferecer um diagnóstico regional das práticas ESG no setor da construção civil, o que permite compreender limites e potencialidades em contextos locais. Como limitações, destacam-se o tamanho da amostra e a ausência de dados qualitativos mais aprofundados. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação metodológica por meio de entrevistas em profundidade, estudos longitudinais e comparações inter-regionais, bem como a análise de impactos de novas legislações e incentivos públicos.

Do ponto de vista prático, recomenda-se que empresas e entidades representativas do setor invistam em políticas de governança ambiental e climática, além de mecanismos de monitoramento contínuo. Do ponto de vista acadêmico, este estudo contribui para o avanço da literatura sobre ESG em setores estratégicos da economia, reforçando a importância de análises situadas em contextos subnacionais.

REFERÊNCIAS

- BELIZARIO-SILVA, A. Impactos ambientais da construção civil: consumo de recursos, energia e emissões de CO₂. *Revista Brasileira de Sustentabilidade*, v. 11, n. 2, p. 45-60, 2022.
- CAMPOS, L. M.; MELO, D. A.; MEURER, S. A. A importância dos indicadores de desempenho ambiental nos sistemas de gestão ambiental (SGA). In: IX ENGEMA - Encontro Nacional Sobre Gestão Empresarial E Meio Ambiente, 2007, Curitiba. *Anais*, Curitiba, nov. 2007.
- CBIC – CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. *ESG no segmento de obras industriais e corporativas*. Brasília: CBIC, 2022.
- CRUZ, P. *Mensuração do desempenho de environmental, social e governance–ESG e de inovação de empresas da construção civil no Brasil*. 2022. 214 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Tecnologia, Santa Maria - RS, 2022.
- DIAS, M. L. Desafios da sustentabilidade no setor da construção. *Revista de Gestão e Sustentabilidade*, v. 9, n. 1, p. 23-39, 2022.
- GIL, A. R. Conservadorismo e inovações na construção civil: barreiras à sustentabilidade. *Cadernos de Administração Pública*, v. 17, n. 3, p. 54-70, 2021.
- GOMES, R. Construção civil e desenvolvimento econômico: panorama e desafios. *Revista de Economia Brasileira*, v. 72, n. 4, p. 98-115, 2018.
- INSTITUTO ETHOS. *Indicadores ASG*. E-book. (2022). Disponível em:<<https://www.ethos.org.br/cedoc/e-book-indicadores-ethos-asg-portugues/>>. Acesso em 10 de Junho de 2024.
- MELO, C. *ESG e desempenho econômico: implicações para o setor da construção*. Brasília: CBIC, 2022.

ONU. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

RIVATTO, L. Sustentabilidade e governança na construção civil: avanços e limitações. *Revista de Engenharia e Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 77-92, 2024.

UNITED NATIONS. *Agenda 21*. Em: Conferência Mundial Sobre O Meio Ambiente - Rio 92. Rio de Janeiro, Brazil: United Nations Divison for Sustainable Development, 3 jun. 1992

US GREEN BUILDING COUNCIL. *Top 10 countries for LEED in 2023*. Washington, 2024. Disponível em: <https://www.usgbc.org>. Acesso em: 20 set. 2025.

VALLE, C. E. *Qualidade ambiental - o desafio de ser competitivo protegendo o meio*. 3. ed. Pioneira, 1995.